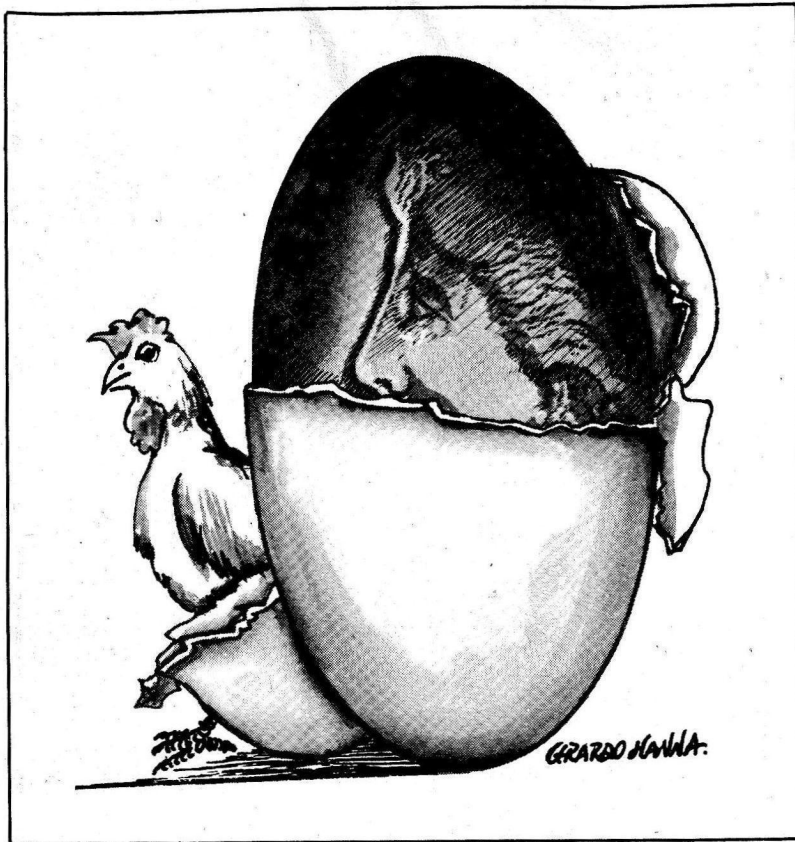


Dívida interna deve chegar a Cr\$ 27 trilhões no fim do ano

Um pouco menos que a dívida externa, mas, ainda assim, uma cifra espantosa: Cr\$ 27 trilhões — o equivalente a cerca de US\$ 60 bilhões. Este será o total da **dívida interna**, de 1983 a soma da dívida pública em títulos federais — Obrigações Reajustáveis (ORTNs) e Letras do Tesouro (LTNs) — com a correção monetária e juros, que o Governo tem que pagar sobre os depósitos em moeda estrangeira feitos no Banco Central.

Mais espantoso que o volume, é o fato de não haver qualquer fonte de financiamento para este gigantesco débito: quem paga é a sociedade. E de uma forma muito curiosa, através de um imposto especial, que poderia ser chamado simplesmente de **imposto da inflação**.

Esta é a opinião do empresário financeiro Adolpho Ferreira de Oliveira, Diretor-Presidente da Adolpho Oliveira e Associados, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Mas é também, embora não formulada desta maneira, a opinião do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, quando ele diz que a causa básica da alta dos juros no Brasil é o déficit público: para financiar seu déficit, diz Simonsen, o Governo vende títulos em excesso, o que pressiona as taxas no **open** (onde são negociadas as ORTNs e as LTNs), que, por sua vez, pressionam todas as taxas do mercado financeiro. O mesmo conceito, expresso em outras palavras, é defendido pelo Ministro do Planejamento, Delfim Netto, e pelo Ministro



da Fazenda, Ernane Galvêas: são altas as taxas de juros no Brasil porque são altas as taxas de inflação no País, dizem eles.

Resumidamente, serão Cr\$ 20 trilhões em títulos públicos federais no mercado, mais correção monetária, juros e maxidesvalorização, além de Cr\$ 7 trilhões, relativos a encargos com os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central.

Para Adolpho de Oliveira, não há tratamento de choque que dê jeito neste problema:

— O importante é a sociedade ter noção exata da existência deste déficit, procurar identificar seu volume total e debater qual a melhor forma de pagá-lo.

Não é à toa que, até agora, Brasil e FMI ainda não chegaram a um acordo sobre o déficit público.